

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS ESPAÇOS DE LAZER EM BELÉM/PA

Izabel Nahum Dias ¹
Universidade Federal do Pará
izabelnahumdias@gmail.com

Pablo Renan de Souza Loureiro ²
Universidade Federal do Pará
renanpabloloureiro@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a segregação socioespacial que ocorre em determinados pontos de lazer da cidade de Belém do Pará, realizando uma análise das características materiais e imateriais desses espaços como reflexos das desigualdades sociais e do processo de justaposição social. Dessa forma, utilizou-se o levantamento bibliográfico e documental, registros fotográficos, além de entrevistas semiestruturadas e trabalhos de campo que possibilitaram a construção de um pensamento crítico acerca dos processos e formas de segregação, assim como da construção do espaço urbano num âmbito capitalista.

Palavras-chave: Belém, segregação socioespacial, Espaços de lazer.

1 - INTRODUÇÃO

Os espaços de lazer assim como a cidade de Belém são resultantes dos processos de produção do espaço urbano; tais processos podem suscitar em diversos fenômenos, dentre eles a segregação socioespacial. Neste texto, a segregação é trabalhada como forma de desigualdade e limitação espacial, sendo resultado dos processos de segmentação que acarretam no avanço da periferização e da exclusão social.

Segundo Corrêa (2002, p.8), “O espaço urbano é um reflexo tanto das ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixam suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”. Partindo dessa análise percebe-se que o comportamento social gerador da segregação não é fruto apenas da contemporaneidade de Belém, e sim um fator histórico, pois o dinamismo econômico gerado pela exploração da borracha na região Amazônica no final do século XIX desencadeou uma série de mudanças sociais, culturais e urbanísticas na cidade de Belém do Pará.

Na época, a cidade havia se tornado um dos centros da economia da borracha, e começava a receber um grande número de europeus que se instalavam na região interessados em investir na exploração do látex. Em vista disso, o intendente Antônio Lemos, responsável pela administração da cidade na época e tencionado a atender o gosto da elite, começou a promover mudanças estéticas e higiênicas na capital; tais mudanças caracterizaram um período denominado de *belle époque* paraense.

As intervenções urbanas realizadas por Lemos caracterizavam-se pelo alargamento e pavimentação das ruas, construção de teatros, praças, bosques, quiosques, entre outros. Além da criação de sistemas de esgoto, iluminação, saneamento, importação de produtos europeus, etc. Essas mudanças objetivavam tornar a cidade mais salubre e familiar ao gosto europeu, motivado pelo interesse político-econômico. Como consequência de tais avanços urbanísticos, a população que residia no centro da cidade e não possuía condições econômicas de viver o modelo de vida imposto a essa época passou a ser remanejada para áreas mais distantes do centro.

Assim sendo, percebe-se que desde o início do processo de urbanização e embelezamento de Belém, os pontos de lazer eram voltados para o divertimento da elite, limitando a presença da população de classe baixa, uma vez que esta ficava impedida (por questões econômicas e sociais) de desfrutar dos ambientes criados durante a *belle époque* em Belém. Tais fatos evidenciam que a segregação socioespacial nos espaços de lazer em Belém não é um fenômeno recente, e sim um

fator antigo, resultante de relações de poder por interesses políticos e econômicos da burguesia local.

Atualmente, o que ocorre é a mercantilização dos espaços públicos de lazer, gerada muitas vezes pelo capital privado com o apoio do Estado. Tal processo evidencia as disparidades existentes entre as classes sociais e as diferentes formas de apropriação do espaço público em um âmbito capitalista. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a segregação socioespacial que ocorre em determinados pontos de lazer da cidade de Belém do Pará, realizando uma análise das características materiais e imateriais desses espaços como reflexos das desigualdades sociais e do processo de justaposição social.

A necessidade de se realizar uma análise material e imaterial dos espaços urbanos, se justifica pelo fato de buscar compreender os processos e formas socioespaciais em sua totalidade, uma vez que:

Os processos de apropriação socioespacial, que se manifestam no espaço público da cidade contemporânea, colocam em primeiro plano as dimensões simbólicas da segregação, que repercutem nos processos de produção e reprodução do/no espaço. Revelam também que a acessibilidade deve ser discutida em suas dimensões materiais e imateriais, visto que a garantia de acesso físico a determinados espaços urbanos não garante sua apropriação simbólica, que depende, em grande parte, do domínio de um “repertório” (Certeau, 1994) ou da disponibilidade de um “capital escolar ou cultural” (Bourdieu, 2007), o que, em última instância, acaba por inviabilizar a apropriação, em toda sua potencialidade, desses espaços por determinados grupos/classes sociais. (SERPA, 2013, p.171)

Assim sendo, a metodologia utilizada baseia-se no método dialético, de forma a analisar e compreender os fenômenos sociais urbanos tendo em vista suas complexidades, implicações e contradições. Para isso, foi utilizado o levantamento bibliográfico e documental, registros fotográficos, bem como o uso de entrevistas semiestruturadas e trabalhos de campo, que possibilitaram a ampliação da esfera de conhecimento acerca das manifestações espaciais e dos processos sociais, uma vez que segundo Carlos (2007, p.23) “a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social”.

Dessa forma, o presente artigo aborda como item inicial a segregação socioespacial nos espaços públicos de lazer, de modo a analisar as dinâmicas e os processos de elitização que estão ocorrendo nesses espaços. Posteriormente, a análise se dá em relação a segregação e os espaços privados de lazer, haja vista que a população cada vez mais tem optado por espaços tal como os shoppings centers, que também são caracterizados como espaços de uso coletivo. Por último

evidencia-se uma análise acerca das manifestações culturais e o papel que elas exercem tanto como atividade de lazer, quanto como forma de apropriação da cidade e do espaço urbano.

2 - A SEGREGAÇÃO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

Os espaços públicos de lazer são caracterizados como “espaços que dentro do território urbano tradicional são de uso comum e posse coletiva, pertencendo ao poder público” (SERPA, 2004, p. 23.). No entanto, em Belém, observa-se um processo de elitização dos referidos espaços, que implicam na seleção de um público alvo, eleito de acordo com os padrões capitalistas de consumo, e que acabam por enaltecer a porção da sociedade com maior poder aquisitivo, excluindo assim a multidão desabastecida de recursos financeiros.

Tal segregação difunde-se de forma despercebida pela maioria das pessoas, uma vez que esses espaços são fisicamente de fácil acesso a todos, gerando uma concepção ilusória de “espaço público”. No entanto, intercorre um processo de privatização desses espaços, ocasionada pelos altos preços de produtos e serviços ofertados no local. Desse modo, Serpa (2013) afirma que

Nos “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos ao redor do mundo, as práticas espaciais inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes “invisíveis”. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. (...) (SERPA, 2013, p.176)

O termo “justaposição”, é conceituado como sendo um local onde haja uma “proximidade espacial com uma enorme distância social” (VASCONCELOS 2016, p.19). Tal termo caracteriza de forma precisa o fenômeno da segregação socioespacial em Belém, uma vez que classes distintas encontram-se próximas no mesmo espaço, mas distanciadas pelos diferentes níveis de poder aquisitivo.

A exemplo disso, é possível analisar o Complexo Turístico e Cultural Estação das Docas, situado às margens do rio Guamá e da Bahia do Guajará, que foi inaugurado no ano 2000 a partir de um projeto de revitalização das áreas portuárias brasileiras. O Complexo possui como principal objetivo na imaterialidade do plano reafirmar a relação do belenense com o rio, valorizando a imagem ribeirinha que há muito havia sido negada pela população da cidade. Entretanto, em sua materialidade é possível notar que ele representa apenas um ponto turístico e de consumo da população de alto poder aquisitivo.

A estruturação física da Estação das Docas é composta por uma orla e três galpões, sendo estes ocupados por restaurantes, lojas, auditórios e um salão de eventos. A acessibilidade da população ocorre por completo na orla, visto que toda e qualquer pessoa pode desfrutar do espaço para apreciar a paisagem ou realizar registros fotográficos, já os outros espaços se caracterizam por ser espaços elitizados, onde apenas quem possui poder aquisitivo mais elevado consegue desfrutar.

É o elevado custo financeiro dos produtos e serviços ofertados que exclui e impede parcelas da população de ter acesso a totalidade do espaço, uma vez que o público que tem acesso aos restaurantes sempre possuirá acesso livre para a orla. Em contrapartida, nem todo público que tem acesso a orla terá acesso aos ambientes internos tendo em vista as limitações financeiras. Dessa forma, o espaço público assume a configuração de espaço privado, e a justaposição torna-se evidente ao notar-se a proximidade física dos ambientes (Figuras 1 e 2) e a distância entre as realidades sociais dos frequentadores.

Figura 1 – Ambiente externo da Estação das Docas. A mureta de plantas atua como limite físico entre a orla e os restaurantes.



Fonte: Dias, (2019).

Figura 2 – Restaurantes na área interna da Estação das Docas.



Fonte: Loureiro, (2018).

É interessante notar a contradição espacial dos pontos turísticos de Belém, uma vez que a Estação das Docas localiza-se exatamente ao lado do Mercado Ver-o-Peso, principal ponto turístico da cidade. A dinâmica do mercado, ao contrário das Docas, apresenta-se como um espaço integrador, uma vez que não ocorrem limitações físicas ou simbólicas aos ambientes, serviços e produtos comercializados no local.

Tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como patrimônio material, o Ver-o-Peso reúne centenas de barracas que comercializam uma imensa variedade de frutas, peixes, doces e temperos; além de ervas medicinais, essências e o artesanato da região. As práticas da feira e os produtos comercializados, que são originários muitas vezes

das ilhas próximas da capital paraense, são a forma mais autêntica de representação dos costumes e características da cultura local.

No entanto, ao contrário da Doca que recebe investimentos frequentes para conservação de sua estrutura, o Ver-o-Peso apresenta carência no que tange reformas e manutenção. Destaca-se que a última reforma do mercado ocorreu entre 1998 e 2002, e atualmente o mesmo apresenta diversos problemas estruturais como falta de saneamento adequado, precariedade das barracas que abrigam os comerciantes, falta de iluminação, deficiência na segurança, entre outros.

Tal problemática coloca em evidência a inversão de valores do poder público tanto no que diz respeito a conservação dos espaços públicos quanto para com a própria população. Em consequência disso, entende-se que ao priorizar espaços da/de elite em detrimento de espaços como o Ver-o-Peso que serve como fonte de renda para um elevado número de pessoas que residem na cidade e nas ilhas do entorno, sinaliza uma atuação tendenciosa do Estado, que beneficia os grandes empresários (donos dos restaurantes localizados na Estação das docas) e prejudica a população, que necessita do Ver-o-Peso para obtenção de seu sustento.

Além da elitização dos espaços de lazer, o fator localização também contribui para a ocorrência da segregação espacial, uma vez que a maioria dos pontos turísticos e de lazer de Belém localizam-se no centro da cidade próximos a bairros considerados de classe média e alta, facilitando o acesso para a população das referidas classes e dificultando o mesmo para a população que reside na região metropolitana da cidade.

Corrêa (2000, p. 26-27), considera que a segregação espacial é muitas vezes fruto das ações do Estado, visto que este ao planejar e distribuir de forma diferenciada os equipamentos de consumo coletivo, reforça a segregação. Dessa forma, entende-se que o Estado é um agente ativo da produção das desigualdades sociais, podendo muitas vezes estar vinculado a instituições privadas, que se apoderam da produção do espaço urbano para a obtenção de lucro.

A cidade de Belém dispõe de inúmeras praças localizadas no centro da cidade, o que reafirma a lógica das centralidades urbanas: a Praça da República, Batista Campos, a Praça das Sereias, entre outras são exemplos desse processo. Segundo Serpa (2016, p.173) “(...) os parques públicos sempre representam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presente no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética.”. Sendo assim, a especulação imobiliária acarretou, ao longo do tempo, na valorização do uso do solo no

entorno desses espaços (Figuras 3 e 4). No entanto, apesar do processo de valorização desses espaços, alguns apresentam-se como cenário de ações de resistência e quebra dos padrões citados.

Mesmo estando localizada em uma área nobre da cidade, a Praça da República (construída no período da *belle époque*, possui importância histórica e cultural por abrigar o Teatro da Paz e o Museu Comercial da cidade) é o principal local de encontro de diversos movimentos que visam manifestar suas insatisfações com problemas sociais oriundos das falhas da gestão pública que ocorrem em diferentes setores, além de ser palco para diversos eventos culturais. As manifestações que ocorrem na praça e a dinâmica dos vendedores ambulantes que se concentram ali (figuras 5 e 6), também se apresentam como uma forma de ruptura do padrão paisagístico, social e espacialmente imposto.

Figura 3 – Contraste de paisagens na Praça da República: Os prédios ao fundo se destacam, e em meio a eles um monumento histórico da praça.



Fonte: Dias, (2019).

Figura 4 – Contraste entre os Prédios históricos da Praça da República e os prédios modernos fruto da verticalização urbana e do processo de valorização do uso do solo.



Fonte: Dias, (2019).

Figura 5 – Fluxo de pessoas na praça durante realização de evento cultural.



Fonte: Dias, (2019).

Figura 6 – Vendedor ambulante na Praça da República.



Fonte: Dias, (2019).

3 - A SEGREGAÇÃO E OS ESPAÇOS PRIVADOS DE LAZER

A dificuldade de acesso a equipamentos públicos de lazer acarreta por vezes na busca da população por espaços privados, sendo o principal deles os Shoppings Centers. Os principais fatores que levam a população, principalmente da região metropolitana de Belém, a buscar por esses espaços são: a) a distância dos espaços públicos lazer, visto que os principais pontos culturais e ambientais de lazer localizam-se no centro da cidade de Belém, enquanto os municípios da região metropolitana possuem majoritariamente praças públicas de pequeno e médio porte; e b) a insegurança na cidade, uma vez que a falta de policiamento nas ruas e os crescentes índices de violência ocorridos nos últimos anos contribuíram para que cada vez menos a população tenha o interesse de se deslocar pela cidade em busca de lazer, o que contribuiu para que os shoppings se tornassem a principal alternativa de divertimento, uma vez que são fisicamente acessíveis a todos, dispõem de guardas e câmeras de vigilância que transmitem a sensação de segurança aos frequentadores.

Quando questionado através de entrevistas semiestruturadas quais as principais atividades realizadas nos shoppings, as pessoas, principalmente as oriundas dos bairros mais periféricos da cidade responderam usufruir dos serviços de cinema e alimentação; poucos declaram gastar dinheiro com compras ou outros tipos de serviços, tendo como justificativa os elevados preços. Mas não seria essa a natureza dos espaços privados? Oferecer produtos visando principalmente o público de status social elevado de forma a selecionar os frequentadores?

De fato, sim! No entanto, os shoppings estão assumindo uma nova configuração, que não mais se caracteriza apenas pelas lojas de franquias de vendas e restaurantes, mas também pelos espaços de prestação de serviços públicos e privados oferecidos no interior desses locais, como clínicas de consulta médica, atendimento social e prestação de serviços. Um exemplo disso é o Shopping Metrópole, localizado na região metropolitana a cerca de 5 km de Belém; em seu interior é possível notar a presença de agências de viagens, consultórios médicos, escolas de língua estrangeira, e até mesmo um ponto de prestação de serviços públicos (Figuras 7, 8 e 9).

Figura 7 – Estabelecimento de prestação de serviços públicos localizado no interior do shopping Metrópole.



Fonte: Loureiro, (2019).

Figura 8 – Empresa de cursos de língua estrangeira dentro de shopping.



Fonte: Loureiro, (2019).

Figura 9 – Consultório oftalmológico localizado no shopping.



Fonte: Loureiro, (2019).

Tal configura o   uma forma de impulsionar a popula o ao endividamento, uma vez que a proximidade entre espaços de presta o de serviços e espaços de consumo induz a aquisi o de mercadorias, sendo o sistema de crédito um dos principais mecanismos de compra utilizados. Além disso, essa configura o   uma forma de beneficiar determinados grupos sociais que residem na região metropolitana devido processos de descentraliza o ocorridos na capital paraense. Dessa forma, ao concentrar diferentes tipos de atividades, os shoppings oferecem a esses grupos a facilidade de acesso a serviços que seriam realizados em diferentes pontos da cidade e que agora podem ser encontrados em um único local.

Tendo em vista a “invasão” das camadas sociais populares aos shoppings, e como forma de preservar espaços de/da elite, o capital privado buscou investir na constru o de

empreendimentos da mesma espécie que privilegiassem apenas a população de status social elevado. Dessa forma, surge o Shopping Bosque Grão-Pará; esse foi construído em uma região da cidade de Belém onde a circulação por meio de transporte público é penoso e inviável para a maior parte da população, tornando-se mais acessível apenas para quem dispõe de veículo particular. As poucas linhas de ônibus que fazem trajeto próximo ao shopping Grão-Pará são aquelas que auxiliam na locomoção dos funcionários que trabalham no estabelecimento, uma vez que a fração de classe que visita o espaço não é a mesma que trabalha no atendimento e manutenção do mesmo, pois é a força de trabalho vinda da periferia que move esses espaços.

Além disso, no entorno do shopping foram construídos condomínios e uma unidade de um dos colégios particulares mais caros da cidade, sendo que este possui acesso direto ao interior do shopping. Tais fatores consolidam a lógica de mercado e obtenção de lucro praticada por esses empreendimentos, que se consolidam com base na exclusão social e na elitização dos espaços.

4 - AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

É através das manifestações culturais, principalmente as de rua, em que ocorre a apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais. Ainda que concentradas em sua maioria no centro da cidade, os eventos culturais reúnem nas ruas pessoas de todas as classes e de diferentes localidades do centro e da periferia. O principal exemplo desse fenômeno é o Arrastão do Pavulagem, que consiste em um evento cultural de rua organizado pelo Instituto Arraial do Pavulagem. Atualmente o evento conta com patrocínio público e privado e ocorre todos os anos no mês de junho.

O instituto arraial do Pavulagem é uma organização autônoma da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 2003. Ao longo de sua existência o instituto tem desenvolvido ações de educação cultural na Amazônia que contribuem para transmitir e fortalecer o saber oral tradicional, com uma leitura contemporânea através de linguagens como a dança, a música e a visualidade cênica. (...) Os cortejos somam-se a oficinas, palestras, seminários, pesquisas, projetos de extensão, rodas cantadas, ensaios, mostras e shows, que valorizam e propagam as manifestações artísticas da Amazônia. (ARRAIAL DO PAVULAGEM, 2019, online).

Nesse contexto, centenas de pessoas de diferentes realidades e classes sociais se reúnem em um pequeno trajeto para apreciar um pouco da cultura paraense através de canções populares, que posteriormente, continuam a ser cantadas em shows que ocorrem em um palco montado no final do percurso como é possível observar nas figuras 7 e 8 respectivamente.

É comum notar em meio a paisagem das fitas coloridas dos chapéus (adereço tradicional do evento) a presença de ambulantes que aproveitam o movimento para vender seus produtos e obter sua renda, além da presença de jovens universitários vendendo bebidas e alimentos para arrecadar dinheiro para atividades como formatura e viagens acadêmicas; ambos, apesar de estarem exercendo práticas comerciais, aproveitam, cada qual da sua forma, culturalmente o evento dançando ou cantando as músicas enquanto exercem suas atividades. Isso se dá por que é na imaterialidade que se consolida o processo cultural, e é a partir do momento em que a prática do lazer cultural ocorre nas ruas que garante-se a apropriação simbólica e material pela sociedade; garantia simbólica por representar a cultura popular local que encontra-se internalizada pela população, e material por que não há barreiras físicas e restrição de espaços para impor limites.

Além disso, as manifestações culturais estão se tornando cada vez mais presentes nos bairros periféricos, uma vez que as comunidades estão buscando na arte a consolidação de práticas e discussões que contribuam para a integração social das pessoas. Dessa forma, a música e a dança surgem como ferramentas para fazer a população refletir sobre sua condição social, como é o caso das batalhas de rap que trazem letras críticas sobre o cotidiano, ou da dança e das músicas regionais que proporcionam lazer, conhecimento cultural e auxiliam na (re)socialização das pessoas.

Dessa forma, as manifestações culturais se consolidam com base na subjetividade, rompendo barreiras culturais e atribuindo identidade à população. Isso mostra que assim como a segregação ocorre no campo da imaterialidade impondo barreiras simbólicas, é na imaterialidade que essas barreiras poderão ser rompidas, e isso se consolida a medida que a população se apropria e compreende os processos culturais e torna-se ciente dos seus direitos sob a lógica do processo de apropriação do espaço urbano.

Figura 10 – Pessoas lotando o trajeto por onde passa o Arraial do Pavulagem.



Fonte: Dias, (2019).

Figura 11 – Palco onde ocorrem shows de guitarrada e as apresentações culturais do evento.



Fonte: Dias, (2019).

Figura 12 - Arrastão do Pavulagem



Fonte: Dias, (2019).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos espaciais que se consolidam na cidade são fruto da produção do espaço urbano pelos diferentes agentes sociais (CORREA, 2002), sejam eles promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção ou o próprio Estado. E é esse jogo de interesses entre poder público e as classes dominantes que produzem o espaço urbano como reflexo de uma sociedade desigual.

Ao se analisar a dinâmica socioespacial dos espaços de lazer na cidade de Belém torna-se perceptível que a capital paraense está distante dos parâmetros que norteiam o sentido de cidade igualitária. No entanto, pensar os espaços de lazer visando a integração da população e a melhoria da condição social é de extrema importância, pois a desigualdade atrelada a falta de oportunidade e a ausência de políticas públicas são fatores agravantes de problemas como a criminalidade nas cidades, o que caracteriza umas das realidades de Belém.

Se for certo que “público” significa somente acessibilidade física irrestrita, todo mundo junto e sendo visível a todos, se isso é o espaço público, então é preciso reconhecer que o espaço público está completamente esvaziado de sua dimensão política. E, estranhamente (ou talvez nem tão estranhamente assim), fale-se muito de território justamente no momento em que o espaço público se esvazia de sua dimensão política, ou seja, no momento em que se torna mais evidente a não realização da esfera pública nos espaços públicos urbanos da contemporaneidade. O espaço público torna-se um espaço de justaposição de diferentes territórios, todos juntos, mas, de fato, separados. (SERPA, 2016, p. 180)

Analisar o espaço público a partir da perspectiva do território, requer pensar que territórios se caracterizam pelas relações de poder (SOUZA, 1995, p.95), e nos espaços públicos de Belém as relações de poder são percebidas através das barreiras que são criadas e dos limites que são impostos entre pessoas. A territorialização dos espaços públicos pela elite, implica na

desterritorialização de grande parcela da população de baixa renda, com isso, o poder econômico se mostra como o parâmetro de definição para o uso dos espaços, definindo quem terá autonomia sobre esses territórios, evidenciando cada vez mais o caráter de segregação e de justaposição dentre os espaços e pessoas.

Dessa forma, as instituições educacionais e aos movimentos sociais devem atuar de forma a fazer com que a população reconheça a importância de si própria para a produção da cidade e do espaço urbano como um todo. O Estado, enquanto encarregado da organização e gestão da cidade deve promover a transformação dos espaços, de forma a transcender à simples questão da oferta e da procura de ambientes públicos de lazer, transformando as cidades e suas funções, fazendo com que esses espaços apresentem uma resposta social e política para a sociedade.

Com base no que foi discutido neste trabalho, é de inteira compreensão que o rompimento do padrão segregacionista não ocorrerá apenas com a transformação dos espaços, e sim através da transformação da sociedade. Mas como transformar uma sociedade que se pauta em uma visão meritocrática e ignora a luta de classes? Sendo a divisão de classes resultado da dinâmica do sistema capitalista, o melhor a se pensar é um novo modelo de sistema?

As respostas para essas perguntas ainda não foram consolidadas, no entanto, questionar essa realidade permite pensar a cidade como palco de diferentes agentes e processos sociais, evidenciando as características de uma sociedade que prossegue, em grande parte, pautada nos princípios do egoísmo, da sede por lucro, poder e acumulação de riquezas, resultando na exclusão social.

6 REFERÊNCIAS

A ESTAÇÃO. **Estação das Docas**. Disponível em:

<https://www.estacaodasdocas.com.br/institucional/sobre>. Acesso em: 20 maio 2019.

ARRAIAL DO PAVULAGEM. **Arrastão do Pavulagem**. Disponível em:

<https://pavulagem.org>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Coleção repensando a geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FRANÇA, Jéssika Paiva. Gestão dos espaços públicos de lazer, turismo e paisagem urbana / Belém – PA. **Caderno Virtual de Turismo**. [S. l.], v. 5, n. 2, p. 57 – 62, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaio da geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, David, **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

ROSCOCHE, Luiz Fernando. **Turismo urbano e a segregação socioespacial: revisitando problemáticas**. OKARA: Geografia em debate, v.8, n.1, p. 3-20, 2013.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SERPA, Angelo. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. São Paulo: Geosp, v.15, n.15, p. 21-37, 2004.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.



SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. *In:* VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA. Roberto Lobato; PINTAUDE, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 8.

SILVA, Maria Da Glória Lanci. **Cidades Turísticas:** Identidades e Cenários de Lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade:** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território:** Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 141 p. (Coleção repensando a geografia).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In:* VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA. Roberto Lobato; PINTAUDE, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 3.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA. Roberto Lobato; PINTAUDE, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.